

Contra a violência

BORIS FAUSTO

As violências que marcaram, em Porto Seguro, a comemoração da chegada dos portugueses ao Brasil são injustificáveis. O que não significa que devam ser tomadas como um ato unilateral de truculência, devendo ser colocadas em um contexto mais amplo.

Não é segredo para ninguém que determinados movimentos sociais, com o MST à frente, vêm desencadeando uma série de ações ilegais e violentas, de uns tempos para cá. São exemplos desse comportamento a destruição de pedágios, a invasão indiscriminada de terras, a invasão de edifícios públicos, como ocorreu na semana passada em Belém etc.

Convém lembrar que alguns desses atos mereceram críticas de círculos dirigentes do PT e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag), demonstrando que, nos meios da oposição e em entidades representativas dos trabalhadores, desenhava-se uma linha que tratava de dissociar-se das ações violentas.

Convém lembrar também a existência de setores radicais, no campo da intelectualidade e das facções políticas, que aplaudem qualquer tipo de violência contra as instituições e contra um governo legitimamente eleito, utilizando-se —explícita ou implicitamente— da justificativa da chamada contraviolência; segundo essa linha, tudo o que pessoas ou movimentos sociais fizerem, violando a legalidade, deve ser aplaudido, por se tratar de resposta à violência do presente e a 500 anos de opressão. Diga-se de passagem que a versão de nossa história, reduzindo-a a um cortejo de iniquidades, serve adequadamente a esse propósito.

Mas nada disso justifica a ação da Polícia Militar da Bahia que, a pretexto de evitar o pior, acabou provocando o pior. A força das imagens, mais do que qualquer versão escrita, diz muito sobre o lamentável acontecimento. As imagens mostram índios, negros, gente pobre em geral sendo reprimidos por uma força policial bem armada, que praticou agressões, ferindo pessoas, e se utilizou de bombas de gás lacrimogêneo.

A presença entre os índios do presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, que, segundo os jornais de domingo noticiam, irá pedir demissão do cargo, por si só indica a viabilidade de se tratar a manifestação de outra forma, evitando-se o confronto pela via da negociação, apesar de todas as dificuldades. Enfim, uma comemoração festiva, com a presença dos presidentes do Brasil e de Portugal, acabou se convertendo em um estranho encontro, no interior de uma cidade bloqueada.

Não há desculpa para o episódio e é preciso olhar para seus desdobramentos; mais do que olhar, é preciso preocupar-se com eles. A possibilidade de construir uma ponte entre governo e oposição, necessária à construção da democracia, tornou-se mais longínqua; a imagem de um governo que vem garantindo as liberdades públicas, como é aliás seu dever, sofreu um abalo, e as ações violentas de determinados movimentos sociais tendem a se estender e a se radicalizar.

Diante desse quadro negativo, é de desejar que as correntes sociais e políticas responsáveis retomem a iniciativa, no caminho difícil da construção institucional e da busca de maior justiça social.

Boris Fausto escreve às segundas-feiras nesta coluna.